



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Nos últimos anos, as universidades, em Macau, têm tido um rápido desenvolvimento, mas os seus níveis não são todos iguais, o que não corresponde muito às exigências da população. É cada vez mais forte a voz no seio da sociedade de elevar a qualidade do ensino superior em Macau.

O maior consenso vai no sentido de se actualizar o Sistema de Ensino Superior de Macau, em vigor há 23 anos. Os profissionais do sector da educação e a sociedade têm vindo a solicitar a revisão das leis relativas ao ensino superior. Eu também tenho acompanhado o processo legislativo da nova lei do ensino superior, por exemplo: em 2013, apresentei intervenções antes da ordem do dia, bem como sugestões, nas sessões de perguntas e respostas sobre as LAG, e o Chefe do Executivo respondeu que as tarefas de revisão já estavam na fase final. Entretanto, apresentei, neste ano, duas interpelações escritas sobre o assunto, e a resposta continua a ser a mesma. Contudo, já decorreu quase um ano, e ainda não se vê nenhuma calendarização sobre a implementação da lei, nem tão-pouco as respectivas informações. As instituições do ensino superior e os seus docentes estão insatisfeitos com o atraso da revisão da referida lei, o qual não beneficia o desenvolvimento equilibrado das escolas e a formação de talentos.

Logo após o regresso à Pátria, o Governo pretendeu a revisão da lei do ensino superior e, para o efeito, também procedeu a várias auscultações.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Passados vários anos, as exigências para as instituições do ensino superior mudaram muito, e a desactualização das leis afecta, efectivamente, o desenvolvimento das escolas. O Governo referiu que o processo de revisão já estava na fase final, mas a sociedade continua sem saber qual é o conteúdo da nova lei.

Em resposta a uma interpelação minha, o Governo afirma que, se a nova lei do ensino superior for aprovada, vai iniciar, logo a seguir, os trabalhos de produção legislativa de uma série de diplomas complementares, nomeadamente sobre o fundo do ensino superior e o regulamento do ensino superior, entre outros. Agora o problema é o seguinte: se ainda não existe uma calendarização para a produção da referida lei, tão-pouco se pode falar da definição dos respectivos diplomas complementares, mas estes, desde a sua definição até à produção, exigem muito tempo. Por exemplo, se mantivermos o actual ritmo de produção, talvez tenhamos de esperar mais oito ou dez anos para conseguir aperfeiçoar o sistema normativo do ensino superior. Assim, como é possível adequar, efectivamente, as necessidades do desenvolvimento do ensino superior? O Governo deve adoptar medidas claras e proactivas para definir os planos de produção legislativa e de desenvolvimento do ensino superior.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Qual é o ponto de situação da referida lei? Quando é que vai ser submetida para aprovação da Assembleia Legislativa? O Governo dispõe de alguma calendarização concreta para o efeito? Quais são as vantagens desta nova lei?

2. De que medidas concretas dispõe o Governo para definir os planos de produção legislativa e de desenvolvimento do ensino superior? Como é que o Governo vai promover o desenvolvimento saudável dos estabelecimentos do ensino superior?

3. O Governo afirma, em resposta a uma interpelação minha, que é necessário rever a estrutura orgânica e as funções do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, entidade especializada responsável pelos assuntos nesse âmbito, a fim de adequar o desenvolvimento do ensino superior, na sua totalidade. Qual é o posicionamento e as principais matérias alvo de revisão?

29 de Outubro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hong